

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,
A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.
Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas, legislação básica que rege a administração das empresas de economia mista.

Mensagem do Presidente

As ações desenvolvida pela DESO no exercício de 2011 possibilitaram a obtenção de importantes resultados. O equacionamento das questões envolvendo os projetos de obras teve com consequência a retomada do cronograma de execução das mesmas. Isso possibilitou que os investimentos em obras alcançassem a expressiva soma de R\$ 89,72 milhões de reais.

O desempenho de uma empresa cuja área de atuação é vital para a qualidade de vida das pessoas não pode ser medido apenas pelos resultados econômico financeiro. É de fundamental importância levar em consideração primordialmente, os avanços obtidos nos indicadores relacionados com a saúde e a redução das doenças incidentes nas populações, decorrentes das condições hidro sanitárias, para os quais a atuação da DESO é de fundamental importância.

Além disso a DESO é uma empresa que se faz presente no contexto da sociedade, participando diretamente de diversas atividades voltadas para a preservação do meio ambiente, em mútua colaboração com outras instituições, promovendo a redução das desigualdades ambientais.

O resultado do trabalho realizado pela DESO é fruto da dedicação e zelo de todas as equipes e colaboradores, na busca pela prestação de um serviço essencial para a vida: água e saneamento de qualidade para todos.

João Bosco de Mendonça
Diretor Presidente

Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO

A DESO é uma Empresa de economia mista de capital social majoritariamente governamental, constituída em 1969, cujo objeto social é a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território

do Estado de Sergipe... Em função disso, o Governo do Estado no Planejamento Estratégico para os quadriênios 2007/2011 deu-lhe a missão de promover a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida. Essa missão foi reafirmada no planejamento para o período de 2012 a 2015.

A DESO está presente em 73 dos 75 municípios de Sergipe, nos quais é responsável pelo abastecimento de água em 71 sedes e 586 povoados e localidades. Isso faz com que sejam atendidos com água fornecida pela DESO mais de 1.650.000 pessoas, correspondendo a 80 % da população do Estado.

A partir de 2007 com a ampliação das fontes de financiamento para o setor de saneamento, a DESO mediante diversos Contratos de Repasse e Convênios firmado pelo Governo do Estado com o Governo Federal através principalmente do Ministério das Cidades, pôde intensificar a execução de projetos essenciais para o suprimento de água. Para a região metropolitana são prioritários a conclusão da duplicação da Adutora do São Francisco, incluindo a ampliação das Estações de Tratamento e a execução do projeto de Ampliação e Preservação do Sistema Cabrita/Poxim. Além disso, novos projetos de Esgotamento Sanitário foram implementados em Aracaju, aumentando o índice de atendimento para mais de 40 %. Está em fase de conclusão a construção dos sistemas de esgotos das sedes municipais de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros e a recuperação e ampliação do sistema da sede do município de Propriá. Reafirmando a prioridade dos investimentos em esgotamento sanitário, na montagem do programa Águas de Sergipe cujo financiamento foi aprovado pelo Banco Mundial, foram elaborados quatorze projetos de esgotos para diversas sede municipais localizadas na bacia do Rio Sergipe.

Dos R\$ 89,72 milhões efetivamente investidos em 2011, 44,52 % (R\$ 39,95 milhões) foi aplicado em projetos de Abastecimento de Água, 53,00 % (R\$ 47,55 milhões) foram destinados ao sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e 2,48 % (R\$ 2,22 milhões) foram aplicados em outros investimentos tais como aquisição de hidrômetros, e equipamentos operacionais.

Desempenho Operacional

Os setenta e um municípios da área de concessão da DESO são atendidos por rede de Adutoras e de Distribuição com 1.738 quilômetros 6.337 quilômetros de extensão respectivamente. Esse conjunto proporciona a efetivação de 536.026 Ligações, propiciando a existência de 584.307 Economias de Água (domicílios / estabelecimentos), com diversas sedes municipais próximo do pleno atendimento. O acréscimo de 33.855 economias de 2010 para 2011 superou fortemente a média verificada em exercícios anteriores.

A DESO vem trabalhando na evolução de alguns dos seus indicadores considerados importantes na avaliação das diversas instituições de financiamento com as quais a Empresa se relaciona. No conjunto das empresas acompanhadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento – SNIS, temos um dos melhores índice de Hidrometração (98,97 %) das ligações. Nesse mesmo sentido positivo o índice de Macromedição evoluiu fortemente nos últimos cinco anos, cresceu de 11,30 % para 69,26 % em 2011.

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida e EBITDA

A Receita Operacional Líquida do exercício atingiu o valor de R\$276,65 milhões, correspondendo a um acréscimo de 9,7 % em relação ao exercício anterior, em decorrência do reajuste tarifário, do crescimento de consumo e da expansão do número de ligações e economias.

O resultado medido pelo EBITDA (ou LADJIDA: Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) foi de R\$ 35,68 milhões, resultando numa margem favorável de 12,90 %.

Plano Estratégico 2012

As Ações a serem desenvolvidas no Plano Estratégico para o exercício de 2012 estão voltadas prioritariamente para a Redução das Perdas, tanto nos aspectos físicos como financeiro. As lideranças responsáveis pelas Unidades de Negócios da Região Metropolitana e do Interior estarão comprometidas com as intervenções físicas que a médio prazo reduzam os vazamentos nas redes e os desvios ilegais. Caberá a Superintendência Comercial dar continuidade ao projeto que intensifica a cobrança dos direitos e recebíveis, reduzindo as perdas do que é faturado.

A Assessoria de Planejamento Estratégico fará o acompanhamento e avaliação do resultados alcançados.

João Bosco de Mendonça
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. de Administração e Finanças

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor Técnico

Silvio Múcio Farias
Dir. de Operações e Serviços

Wanderlê Dias Correia
Diretor de Gestão Ambiental

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO		
	R\$(1)	R\$(1)
	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE	61.972.293	53.517.581
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.418.930	3.900.350
Caixa e bancos	1.368.759	682.731
Aplicações de liquidez imediata	5.050.171	3.217.619
DIREITOS REALIZÁVEIS	55.553.363	49.617.231
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	50.957.107	43.362.651
Estoques (Nota 3)	1.872.447	2.124.265
Outras créditos	2.723.809	4.130.315
NÃO-CIRCULANTE	1.076.744.861	1.014.107.222
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.979.969	2.960.880
Depósitos judiciais (Nota 3)	4.979.969	2.960.880
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.071.764.892	1.011.146.342
TOTAL DO ATIVO	1.138.717.154	1.067.624.803

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO		
	R\$(1)	R\$(1)
	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE	80.030.721	82.239.649
Fornecedores	32.961.603	27.032.148
Retenções contratuais	997.809	997.012
Provisão de férias e gratificação	4.703.777	5.925.372
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	3.075.861	3.075.517
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	6.359.100	10.189.475
Empréstimos e financiamentos (6)	18.931.159	27.327.497
Parcelamentos (Nota 7)	11.774.540	7.045.366
Consignações a recolher	513.574	489.310
Provisão do imposto de renda e contribuição social		45.017
Salários e ordenados a pagar	600.362	0
Outros débitos	112.934	112.935
NÃO-CIRCULANTE	142.408.335	122.338.866
Parcelamentos (Nota 7)	78.011.699	68.926.457
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	32.085.004	27.745.159
Provisão Para Contingências (nota 8)	7.645.653	5.359.426
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	24.665.979	20.307.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	916.278.098	863.046.288
Capital realizado (Nota 11)	671.551.818	671.551.818
Subscrito	671.551.818	671.551.818
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Reservas de Lucros (Nota 13)	0	0
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	407.074.653	322.237.738
Prejuízos Acumulados (Nota 12)	(182.460.756)	(150.855.651)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.138.717.154	1.067.624.803

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	R\$(1)		
	PERÍODOS DE		
	01/JAN/11	01/JAN/10	
	A	A	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	
Receita Operacional Líquida (Nota 15)	276.649.956	253.638.161	
Custo dos Serviços (Nota 16)	(175.121.367)	(167.865.805)	
Lucro Bruto	101.528.589	85.772.356	
Despesas Operacionais	(95.884.484)	(242.397.260)	
Comerciais (Nota 17)	(29.199.634)	(144.995.444)	
Administrativas (Nota 17)	(61.462.931)	(58.500.465)	
Despesas fiscais e tributárias	(4.404.349)	(38.829.946)	
Outras Receitas(despesas operacionais)	(817.570)	(71.405)	
Receitas (Despesas) Financeiras	(21.135.661)	(16.821.135)	
Receitas	473.192	572.189	
Juros e encargos financeiros	(16.783.748)	(13.481.794)	
Variações Monetárias	(4.825.105)	(3.911.530)	
Provisões para Contingências	(2.286.227)	10.484.498	
Cíveis	(726.977)	(3.564.475)	
Trabalhistas	(1.559.250)	50.766	
Tributárias		13.998.207	
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	(17.777.783)	(162.961.541)	
Imposto de Renda e Contribuição social		0	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(17.777.783)	(162.961.541)	
Prejuízo por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	(2,30)	(21,06)	
Quantidade de Ações	7.736.772.099	7.736.772.099	

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO			
	R\$(1)		
	PERÍODO DE	PERÍODO DE	
	01/JAN/11 A	01/JAN/10 A	
	31/DEZ/11	31/DEZ/10	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício	(17.777.783)	(162.961.541)	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido			
Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	29.219.698	28.345.652	
Baixa Depreciação	(731.703)	(750)	
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	(297.765)	(750)	
Provisão p/perdas na realização de créditos	4.674.497	117.901.288	
Provisão p/contingências	2.286.227	(10.484.498)	
Juros sobre financiamentos	5.448.196	4.228.003	
Varição monetária sobre financiamentos	4.731.263	3.638.489	
Provisão p/férias e gratificação	(1.221.594)	277.232	
Total	26.331.036	(19.056.145)	
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:			
Clientes	(12.268.955)	(7.156.269)	
Estoques	251.818	(674.405)	
Outros créditos	1.408.506	(2.755.904)	
Outras contas ativas de longo prazo	(2.019.088)	(1.054.717)	
Fornecedores	5.929.456	5.492.602	
Retenções contratuais	797	(66.285)	
Parcelamentos	13.814.415	52.556.413	
Contas a pagar	344	(244.317)	
Impostos, taxas e contribuições diversas	(3.875.391)	5.565.830	
Consignações a recolher	24.263	13.354	
Salários e ordenados a pagar	600.362	0	
Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	3.864.527	51.676.302	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30.195.563	32.620.157	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(89.721.727)	(123.122.964)	
Recebido por venda de ativo imobilizado	297.766	-	
Baixa dos Bens e Materiais Vendidos	615.181	3.000	
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(88.808.780)	(123.119.964)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Adiantamento p/futuro aumento de capital	84.875.345	62.685.928	
Devolução de Recursos/Convênios	(38.431)	0	
Empréstimos obtidos com instituições financeiras	67.787.617	66.520.649	
Pagamentos de empréstimos com instituições financeiras	(82.023.570)	(59.173.428)	
Recursos Vinculados a Convênios	4.358.155	17.239.298	
Reservas de Lucros	(13.827.318)	-	
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	61.131.798	87.272.447	
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES	2.518.581	(3.227.360)	
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	3.900.349	7.127.709	
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	6.418.930	3.900.349	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/JAN /2011 A 31/12/2011)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCRO			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESPECIAL	RETENÇÃO DE LUCROS			
SALDO EM 31/DEZ/09	412.000.004	20.112.383	601.970	163.969	11.339.951	0	519.103.625	963.321.902
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	62.685.927	62.685.927
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	259.551.814	-	-	-	-	-	(259.551.814)	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	(162.961.541)	-	(162.961.541)
COMPENSAÇÃO C/ O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(601.970)	(163.969)	(11.339.951)	12.105.890	-	0
SALDOS EM 31/DEZ./10	671.551.818	20.112.383	0	0	0	(150.855.651)	322.237.738	863.046.288
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	84.836.915	84.836.915
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	(13.827.322)	-	(13.827.322)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	(17.777.783)	-	(17.777.783)
SALDOS EM 31/DEZ/11	671.551.818	20.112.383	0	0	0	(182.460.756)	407.074.653	916.278.098

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

João Bosco de Mendonça
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. de Administração e Finanças

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor Técnico

Silvio Múcio Farias
Dir. de Operações e Serviços

Wanderlê Dias Correia
Diretor de Gestão Ambiental

Gilson Ribeiro de Jesus
Contador CRC/SE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

[Valores Expressos em R\$(1)]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembléia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 10 (dez) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 86% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2011, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas

regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./11 e 31/dez./10 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.4

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2011 com base nos seguintes critérios.

1) Foi efetuada a baixa por Perdas de Crédito de clientes os títulos vencidos há mais de 180 dias até a base de 31/12/2011, para as contas de usuários com valor até o limite de R\$ 5.000,00, referentes as categorias residencial, industrial, comercial e governos, exceto o governo Estadual, totalizando o montante líquido de R\$ 3.626.372.

2) Foi constituída Provisão Para Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), apurada com base nos saldos de contas vencidas há mais de 180 dias de valor superior a R\$ 5.000,00 ate R\$ 30.000,00 e para os demais créditos vencidos há mais de 360 dias de valor superior a R\$ 30.000,00, incluindo todas as categorias de consumidores inclusive os créditos de governo, os quais totalizaram os valores líquidos de R\$ 1.048.124

ESTOQUES
Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2011	2010
Almoxarifado Central	1.872.447	2.095.633
Combustíveis para Veículos	0	28.632
TOTAL	1.872.447	2.124.265

DEPÓSITOS JUDICIAIS
Representam em sua maioria depósitos judiciais referentes a processos trabalhistas.

IMOBILIZADO
Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infra-estrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./11

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	766.726.360	208.842.544	557.883.816
Sistema de Esgoto	174.238.849	41.106.911	133.131.938
Bens de Uso Geral	75.204.108	41.496.324	33.707.784
Subtotal em Operação	1.016.169.317	291.445.779	724.723.538
Obras em Andamento	347.041.354	0	347.041.354
TOTAL GERAL	1.363.210.671	291.445.779	1.071.764.892

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./10

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	737.651.074	187.367.017	550.284.057
Sistema de Esgoto	173.996.539	37.626.683	136.369.856
Bens de Uso Geral	73.596.322	37.964.085	35.632.237
Subtotal em Operação	985.243.935	262.957.785	722.286.150
Obras em Andamento	288.860.192	0	288.860.192
TOTAL GERAL	1.274.104.127	262.957.785	1.011.146.342

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIACÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado tributável. As alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme legislação em vigor, e os impostos são contabilizados pelo regime de competência.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos ate 31/dez./11. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA
Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2011	2010
Cercos	5.671	5.671
Coelba	25.879	25.879
Energipe	2.896.443	2.896.099
Sulgipe	147.887	147.868
TOTAL	3.075.861	3.075.517

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS
Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Cofins	1.462.052	4.918.600
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.000.625	1.323.314
FGTS	513.528	445.466
INSS	2.203.252	1.751.795
PIS PASEP	317.477	819.048
Outros	862.166	931.252
TOTAL	6.359.100	10.189.475

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Bc Brasil ct 3611000002	1.000.000	0	1.000.000	Nov/ 2012	-	125% (CDI)
Bic Banco ct 11251280	2.896.838	2.951.679	5.848.517	dez/ 2013	11,35	CDI
Bic Banco ct 9869086	4.916.316	400.000	5.316.316	Jan/ 2013	4,91	CDI
Bic Banco ct 10729039	2.050.444	264.122	2.314.566	Fev/ 2014	8,08	CDI
Bic Banco ct 0011065398	1.584.519	2.972.020	4.556.539	Out/ 2014	10,03	CDI
Bic Banco Conta Garantida	3.277.483	0	3.277.483	Jul/ 2013	10,03	CDI
Inst. Assistencial da Deso - DESUS	3.205.559	846.000	4.051.559	Jun/ 2013	12	CP
Banco do Brasil ct 3611000004		24.651.183	24.651.183	Ago/ 2016	5,25	CDI
TOTAIS	18.931.159	32.085.004	51.016.163	-	-	-

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 4,91% a 12,68% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para agosto de 2016.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Receita Federal Lei 11.941	6.654.807	62.618.511	69.273.318	Jul2024
INSS Parcelamento proc. 365585831	3.018.787	8.804.796	11.823.583	Nov/2015
RFB P. Ordinário Proc. 10510720264-67	2.072.085	6.584.866	8.656.951	Mar/2016
Parcelamento Salário Educação	28.861	3.526	32.387	Set/2012
T O T A I S	11.774.540	78.011.699	89.786.239	

No exercício de 2011, a administração da Companhia seguindo orientação dos consultores jurídicos consolidou o programa de parcelamento do governo estabelecido através da Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de novembro de 2008, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de ate 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

A companhia fez o reconhecimento de atualização das despesas tributárias e fiscais do principal, multas e encargos decorrentes da adesão do programa de parcelamento da Lei 11.941 que impactou em R\$ 8.305.856,00.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A Companhia é parte de diversos processos de origem fiscal, previdenciária, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ./11	PROVISÃO EM 31/ DEZ./11	PROVISÃO EM 31/ DEZ./10
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	3.354.200	3.354.200	1.794.949
PROVISÃO PARA RISCOS CIVEIS			
Provável	4.291.453	4.291.453	3.564.476
TOTAIS	7.645.653	7.645.653	5.359.425

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração, nem indicação relacionada com os impostos federais.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2011	2010
Prefeitura de Aracaju	12.466.871	8.108.716
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	10.000.000
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
TOTAL	24.665.979	20.307.824

Neste exercício foi recebido R\$ 4.358.155 para ser aplicado em diversas obras de construção em infra-estrutura, mediante assinatura de convênios específicos firmados com os órgãos acima especificados.

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL
Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 84.836.915 a título de créditos para aumento de capital, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, e destinados para futura integralização do capital social em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL
O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./11, o capital social integralizado era de R\$ 671.551.818 (R\$ 412.000.004 em 2009), composto por 7.736.772.099 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 5.974.000.127 de ações ordinárias e 1.762.771.962 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	5.973.999.664	1.737.662.695	7.711.662.359	669.372.293
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	5.974.000.127	1.762.771.972	7.736.772.099	671.551.818

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2011 e 2010.

NOTA 12. RESULTADO DO EXERCÍCIO
A companhia apurou em 31/12/2011 o resultado negativo no montante de R\$ 17.777.783, que teve como causa principal as despesas financeiras no montante de R\$ 21.608.853 decorrente de juros e atualização monetária, referente adesão ao programa de parcelamento da Lei 11.941/09 e empréstimos bancários.

NOTA 13. PLANO ASSISTENCIAL
A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul/91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago/91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para suplementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jóias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

AUXÍLIO DESEMPREGO
O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESUN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2011 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 403.434 (R\$ 1.096.770 em 2010), sendo o valor de R\$ 363.091 (R\$ 987.093 em 2010) destinados aos fundos e R\$ 40.434 (R\$ 118.003 em 2010) para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./11 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 580 associados (591 em 2010).

NOTA 14. COBERTURA DE SEGUROS
As apólices de seguros patrimoniais mantidas pela companhia propiciam coberturas totais no montante de R\$ 2.704.000, assim classificadas:

DESCRIÇÃO	2011
Sede central da DESO	2.000.000
Almoxarifado Central da DESO	704.000

O Risco operacional com cobertura de incêndio, raio, explosão, implensão, reposição de documentos, impacto de veículos, danos elétricos, assistência empresarial e risco de operações.

A administração da companhia considera os valores cobertos pelas apólices em geral suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 15 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	251.063.067	228.959.882
Receitas de Esgoto	37.841.731	33.202.116
Receitas de Outros serviços	15.400.334	14.407.754
Receitas a Faturar	246.348	2.651.135
Total das Receitas Operacionais	304.551.480	279.220.887
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(22.924.496)	(21.019.321)
PIS/PASEP	(4.977.028)	(4.563.405)
Total das deduções	(27.901.524)	(25.582.726)
Total da Receita Operacional Líquida	276.649.956	253.638.161

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS
A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Pessoal	(62.612.525)	(59.297.941)
Material	(13.025.898)	(11.285.592)
Serviços de Terceiros	(63.761.459)	(61.300.770)
Depreciação	(25.945.536)	(25.167.846)
Outros custos	(9.775.949)	(10.813.656)
Total dos Custos dos Serviços	(175.121.367)	(167.865.805)

NOTA 17 – DESPESAS OPERACIONAIS
A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Despesas Comerciais		
Pessoal	(13.170.693)	(10.155.902)
Material	(930.419)	(806.112)
Serviços e Terceiros	(3.532.127)	(3.395.950)
Perdas e Créditos	(4.674.497)	(130.336.596)
Outras despesas comerciais	(6.891.898)	(300.884)
Total das Despesas Comerciais	(29.199.634)	(144.995.444)
Despesas Administrativas		
Pessoal	(46.443.798)	(46.302.562)
Material	(4.652.110)	(4.030.568)
Serviços e Terceiros	(22.430.351)	(21.565.572)
Depreciação	(3.274.162)	(3.177.804)
Valores Transferidos para Custos	15.337.490	16.576.041
Total das Despesas Administrativas	(61.462.931)	(58.500.465)

NOTA 18 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Foi registrado como ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 13.827.322 proveniente de correção monetária do REFIS LEI 11941/09 quando de sua consolidação.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Recife, 07 de março de 2012.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação